

O QUE É A PAZ LIBERAL?

*O SENTIDO E AS FRONTEIRAS DE UM MODELO VIGENTE DE CONSTRUÇÃO DA PAZ,
QUE ANSEIA A UM STATUS DE PRETENSÃO UNIVERSAL INQUESTIONÁVEL.*

HÉLDER FILIPE AZEVEDO

*Licenciado em Filosofia pela U.M.
Pós-graduado em Ética e Filosofia Política pela U.C.P.
Pós-graduado em Direitos Humanos pela U.M.
hfazevedo@gmail.com*

INTRODUÇÃO

Quando, há mais de três séculos, Espinosa defendia que um homem livre é apenas aquele que vive sob os ditames da razão¹, proclamava aquele que viria a ser um dos maiores valores fundamentais do liberalismo moderno: a primazia de uma liberdade individual, racional, como fundamento privilegiado de uma melhor construção ou organização social. Essa liberdade individual – reclamada já pelos grandes contratualistas clássicos britânicos dos séculos XVII e XVIII, como Hobbes, Hume, Locke e Adam Smith – a que um governo submetido à lei estaria obrigado a assegurar aos seus cidadãos, viria a inspirar a emergência desse liberalismo evoluído² como resposta ao absolutismo e às guerras religiosas³ que dominavam praticamente toda a Europa pós-medieval. Ao longo da modernidade, essa ideia de liberdades individuais ou fundamentais – como o direito à vida, a liberdade de pensamento, de expressão, de religião, de imprensa, o direito à propriedade privada ou à igualdade perante a lei – aliada à ideia económica de mercados livres, desregulados, assente na máxima *laissez faire, laissez aller, laissez passer*, foi-se impondo no ocidente, passando a

¹ Bento de Espinosa, *Ética*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992, pp. 425-430

² Ao longo da história existiram, e continuam a existir, vários tipos de liberalismo, sendo os mais conhecidos e comentados, o Liberalismo Inglês ou anglo-saxónico e o Liberalismo Continental ou europeu, que são diferentes na sua formulação mas que atendem ao mesmo fim. Neste trabalho utilizo o conceito de liberalismo de forma genérica e homogénea, ou seja, como um projecto que agrega em si os mesmos princípios e a mesma finalidade independentemente do método e do percurso que preconiza cada uma das diferentes propostas. Para mais informação sobre os diferentes tipos de liberalismo, cf. Friedrich A. Hayek, *Princípios de un orden social liberal*. Madrid: Unión Editorial, 2011, pp. 55-70

³ Michael Walzer, na sua obra *The Revolution of the Saints. A study in the origins of radical politics*, demonstra como a emergência do liberalismo no século XVII superou as guerras religiosas entre católicos e protestantes. Cf. Walzer, *La revolución de los santos*, Katz Editores, 2008, pp 319-323.

caracterizar os Estados liberais como Estados modernos, dominantes, desenvolvidos e prósperos, culminando naquilo a que actualmente chamamos de *welfare states*, ou Estados do bem-estar social.

Esse factor específico do liberalismo, caracterizado por uma concepção mais individualista da sociedade, assenta precisamente na crença de que a liberdade de acção dos indivíduos favorece e estimula o desenvolvimento social e que o Estado deve limitar-se a funções rígidas de garantia desses direitos, assumindo um papel mais passivo, de não-interferência, do que de um Leviatã ao estilo hobbesiano, esse grande monstro (Estado) que tudo domina.

Na verdade, esse primeiro liberalismo incipiente e disfuncional moldou a própria história de luta política e social europeia e condicionou o futuro, ao ponto de, já no início do século XX, Max Weber vaticinar aquela «*noite polar de gélida escuridão e dureza*»⁴. Esse século ficou marcado por duas guerras trágicas, a segunda das quais viria a definir muito daquilo que nós somos hoje, derivado dessa vitória de um modelo liberal mais estruturado e abrangente e que estava obrigado a encontrar respostas para um homem confrontado com o fracasso da política, o despojo dos humanismos, o perigo das ideologias, o desespero perante a sua capacidade autodestrutiva, as ameaças da ciência e da tecnologia, e que ansiava por soluções capazes de o tranquilizar e capacitar para reerguer-se numa pretensão histórica de aspirar a uma dignidade humana criadora, responsável e livre, onde imperasse a esperança num futuro muito melhor do que esse terror vivido até então. É esse liberalismo adaptado às circunstâncias que passa a dominar e a determinar as regras no seio da comunidade internacional, adquirindo uma natureza tanto impositiva como comprometida.

A paz liberal surge, assim, como produto da história e do liberalismo enquanto ideologia e, a partir da conquista do *status* dominante, pretendeu essencialmente alcançar objectivos constitucionais capazes de promover a paz, a justiça distributiva, o pluralismo cultural e essa liberdade individual.⁵

Na actualidade, há uma questão que se coloca a todas as teorias sobre a construção e sustentabilidade da paz: como podemos emancipar uma comunidade sem dominar, sem ignorar a diferença, sem alienar a mente do outro? É a esta questão que a paz liberal procura

⁴ Max Weber, *A Política como Profissão*. Ed. Universitárias Lusófonas, p. 102.

⁵ Cf. Michael Walzer, *A Guerra em Debate*. Lisboa: Cotovia, 2004, p. 185

responder, assumindo-se como a única proposta capaz, viável e eficaz de satisfazer os requisitos pressupostos nessa questão.

Neste trabalho procurarei expor a teoria da paz liberal como se apresenta na actualidade, atendendo ao pensamento de autores como Oliver Richmond⁶, ou autores mais comunitaristas como Michael Walzer, mas referenciando igualmente as fragilidades e as críticas de que é alvo este modelo, e procurando possíveis alternativas para ajustar a teoria a um mundo heterogéneo em constante mutação que reclama, cada vez mais, novas visões para velhos problemas.

O QUE É A PAZ LIBERAL E PORQUE É ESTA SIGNIFICATIVA?

O conceito de paz liberal é relativamente recente, mas encerra em si uma profunda dimensão histórica. Aliás, o próprio conceito já nos diz que estamos diante de uma visão específica da paz, que surge como um produto da ideologia liberal. Então, se aceitarmos a dimensão ontológica – e não apenas epistemológica – da paz liberal, como sugerem autores como Oliver Richmond, precisamos de perceber o que foi e o que é o liberalismo, e como a sua construção e evolução impregnou o conceito de paz de uma dimensão substancial que lhe atribui uma natureza profundamente coerente e viável diante daquilo que propõe.

O liberalismo moderno emergiu na segunda metade do século XVIII e no século XIX, como uma proposta radical de transformação política e social. Com a garantia de tornar a vivência da liberdade como valor fundamental, a igualdade como propósito de justiça social, e a democracia como expressão racional de uma vontade geral e condição de aplicação real dos princípios revolucionários, o liberalismo começou, assim, por trilhar um caminho ambicioso de conduzir os Estados rumo ao desenvolvimento, à emancipação popular e à convergência ideológica num mundo em desenvolvimento.⁷ Aplicar a liberdade como valor fundamental, garantindo aos cidadãos uma universalização profunda das liberdades individuais – como a liberdade de expressão, de voto, de reunião, de acesso a cargos públicos, entre outros – estava na posição prioritária dos ideólogos liberais. A igualdade, consideravam, seria uma igualdade perante a lei, que se instituiria como uma consequência natural da aplicação da liberdade. Finalmente, a sociedade justa seria uma sociedade que, para além da preservação das

⁶ Oliver Richmond, «Understanding the Liberal Peace» in *The Transformation of Peace*. Palgrave, forthcoming, 2005.

⁷ Cf. Friedrich Hayek, *Princípios de un orden social liberal*, pp. 55-74

liberdades individuais e da administração de uma justiça igual para todos, culminaria numa irmandade social onde todos se relacionassem desinteressadamente como irmãos, sem espaço para a inveja, para a exploração e, principalmente, para a dominação dos fracos pelos mais fortes.⁸

A paz na perspectiva liberal deve ser então representada na ideia de uma comunidade onde a lei e a ordem prevalecem, tanto interna como externamente. Enquanto projecto, esta paz liberal surge como uma defesa contra os piores excessos do *Estado de Natureza*, de tipo hobbesiano, o estado de terror psicológico permanente, a guerra de todos contra todos e o medo de uma morte violenta. Mas é uma paz que possui em si mesma uma natureza híbrida que agrega o antigo modelo da paz do vencedor aliado ao iluminismo e ao cristianismo.⁹ Este modelo está baseada na paz constitucional e nas tentativas seculares do século XX para criar uma paz institucional ao nível da sociedade internacional, nacional e civil. No entanto, a paz liberal não deixa de ser um reflexo da experiência ocidental de pacificação, assente nos períodos pós-guerras mundiais, na construção das Nações Unidas, nos modelos de desenvolvimento e pacificação da União Europeia, e noutros modelos, como o da OCDE. Na base de actuação da paz liberal está o chamado *Consenso de construção de paz* que, como indica o nome, se baseia num consenso discursivo entre coligações de organizações, Estados, instituições, actores locais, ONG's, Fundos financeiros de apoio ao desenvolvimento e outros, com vista à implementação do modelo de paz a construir em situações pós conflito.

O padrão comum dos Estados liberais, que sustentam a paz liberal, são: a democracia, os direitos humanos, a existência de mercados livres, uma sociedade civil vibrante¹⁰ e o multilateralismo. Como defende Richmond, a paz liberal é uma forma de ideal platónico associado a um imperativo moral kantiano. É algo que se apresenta como desejável e alcançável, e que se pode universalizar já que possui uma mais-valia em si mesmo. Quando Kant postula que «ninguém pode constranger outro a ser feliz à sua maneira (à forma como cada um concebe o bem-estar dos outros homens), mas a cada um é permitido buscar a sua felicidade pela via que lhe parecer boa, contando que não cause dano à liberdade dos outros

⁸ Cf. Joel Serrão, "Introdução ao estudo do pensamento político português na época contemporânea (1820-1920)", in *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo: Antologia de Pensamento Político Português*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 13-24.

⁹ Cf. Oliver Richmond, op. cit., p. 3

¹⁰ Esta ideia de sociedade civil vibrante como fundamento de qualquer sociedade liberal pode ser entendido como a possibilidade de indivíduos mais fracos se mobilizarem por meio de grupos sociais, por forma a reivindicar os seus interesses e possibilitando a sua entrada no sistema político. Cf Francis Fukuyama, *As Origens da Ordem Política*. Alfragide: D. Quixote, 2012, p. 690 e 691.

aspirarem a um fim semelhante, e que pode coexistir com a liberdade de cada um, segundo uma lei universal possível»¹¹, está já a defender esse carácter moral, social e político do liberalismo e da ideia de universalizar o aspecto mais profundo da paz liberal, que é a felicidade de cada indivíduo. A existência de uma consciência individual que aspira a uma procura natural da felicidade, aliada ao mesmo propósito por parte dos outros, permite entender a existência de instituições políticas capazes de salvaguardar direitos e obrigar deveres, de forma a garantir precisamente uma paz social necessária ao alcance desses propósitos liberais.

Assim, na resposta à questão sobre a relevância da paz liberal, podemos concluir que este modelo de paz existe como uma consequência natural do domínio do liberalismo enquanto ideologia política, económica e social, nas nações vencedoras da segunda grande guerra e que, por esse motivo, passaram a uma posição hegemónica no palco das relações e das instituições internacionais. A paz liberal reflecte a paz segundo os ditames das nações vencedoras da segunda guerra mundial. A partir da constatação das virtudes que compõe este modelo, importa analisar as suas fraquezas e as críticas de que é alvo, por forma a sustentar ou não a sua validade enquanto modelo base para um consequente aperfeiçoamento futuro.

EM QUE MEDIDA PODEM AS CRÍTICAS ÀS OPERAÇÕES DE CONSTRUÇÃO DA PAZ SER ENTENDIDAS COMO EMPREENDIMENTOS NEO-COLONIAIS?

O modelo de paz liberal encerra algumas fragilidades intrínsecas, que advém da sua própria crença de que possui uma dimensão superior, infalível e universal.

Uma das críticas mais contundentes à sua implementação reside na ideia de que a imposição desse modelo conduz a uma perda das referências tradicionais, a uma dissolução dos vínculos sociais, a uma globalização económica centrada numa concorrência desleal e desenfreada e a uma implementação de um hiperindividualismo descaracterizador da ideia de comunidade.

Uma das respostas possíveis a esta crítica pertinente pode residir na ideia de refundação da democracia, que seja capaz de superar a estéril oposição entre sociedade patriarcal repressiva e sociedade ultraliberal desumanizada¹². A necessidade de resistir ao

¹¹ Kant, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1988, pp. 57-102, p. 76

¹² O filósofo búlgaro Zvetan Todorov, na sua obra *Los enemigos íntimos de la democracia*, acabada de publicar em Espanha, pela Galaxia Gutenberg – Círculo de Lectores, reclama precisamente desta necessidade de uma “Primavera Europeia” capaz de responder ao ineficaz status vigente, evitando assim o ultraliberalismo, o

pensamento único, de retornar o poder ao povo, de proporcionar um maior poder de negociação entre os diferentes actores sociais e estatais, de equilibrar as liberdades individuais e a defesa do interesse comum, são vias para superar as limitações subjacentes ao pensamento liberal e de melhor capacitar a implementação da paz liberal como modelo privilegiado e dominante. O próprio Oliver Richmond sustenta a necessidade da paz liberal evoluir para um sistema mais híbrido ou emancipatório, onde o modelo de implementação da paz liberal resida numa avaliação do contexto associada a uma relação mais próxima com as comunidades locais, onde não haja coercibilidade ou qualquer tipo de imposição sem legitimidade por parte dos diferentes actores (Estados, ONG's, comunidades locais, organizações internacionais, fundos de apoio ao desenvolvimento, etc.), e onde a grande preocupação esteja direccionada para a justiça social, atendendo sempre à especificidade de cada comunidade concreta.

Uma segunda crítica ou fragilidade da teoria da paz liberal reside no chamado *consenso de construção da paz*. Um dos pressupostos legitimadores da aplicação do modelo de paz liberal na reconstrução pós-bélica de um Estado reside neste consenso, que procura agregar organizações internacionais, como a ONU, a UNESCO, o FMI, o Banco Mundial, ONG's, Fundos financeiros de apoio ao desenvolvimento, e actores locais. Quando há uma quebra do consenso de construção da paz, cai-se num impasse, na inacção ou passa-se a agir unilateralmente, à margem desse consenso. É neste cenário que surgem as maiores críticas nos fóruns internacionais, já que à falta de consenso surgem os extremismos ideológicos e uma imposição hiperconservadora da paz liberal. Com a quebra do consenso, emergem facções e tensões nas relações entre Estados e organizações que antes cooperavam, o que acaba por minar as pretensões de implementação da própria paz. Ao impor hegemonicamente um modelo de reconstrução de um Estado, como acontece por exemplo no Iraque, a intervenção passa a ser vista como uma agressão, não apenas pelos actores locais, mas também no seio da comunidade internacional.

Uma tentativa de superar este problema poderia ser a reforma das Nações Unidas, acabando com o Conselho de Segurança, que já não representa o mundo actual. Este conselho de segurança, dominado por uma matriz ideológica desfasada do mundo contemporâneo, poderia ser substituído por comissões de peritos que, por sua vez, recomendariam à assembleia geral, diferentes abordagens a aplicar em cada caso específico, ou seja, atendendo

messianismo, a xenofobia e o populismo. Cf. *El filósofo Zvetan Todorov reclama una "Primavera europea"*, Agencia EFE, sábado, 12 de mayo de 2012, 6:08 GTM in www-es.news-republic.com.

à especificidade e ao contexto de cada caso. O objectivo seria comprometer todos os Estados, em pé de igualdade, com as soluções a aplicar em cada situação concreta, responsabilizando-os também directamente. Com o *status* actual, aquilo que acontece acaba por legitimar as críticas de neo-imperialismo aos EUA, já que estes possuem de um poder efectivo dentro das Nações Unidas que lhe garante um papel dominante no plano das intervenções militares e na resolução de problemas pós-bélicos.

Uma terceira crítica ao modelo de paz liberal incide sobre os objectivos ocultos que muitas vezes caracterizam as intervenções militares e os arranjos sociais pós-conflito. Com as guerras do Kuwait, do Afeganistão e do Iraque, os críticos do actual modelo sustentam que as justificações públicas que foram fornecidas para a intervenção militar e para a reconstrução destes Estados, encerram em si interesses ocultos, como o petróleo, recursos naturais, dominação geoestratégica, interesses económicos, entre outros. Para além destas suspeitas, os críticos defendem ainda que os interesses justificados não se coadunam com os interesses das comunidades locais, já que as intervenções são vistas como método privilegiado de preservar monopólios ou bastiões sociais por parte de Estados que já se encontram em posição dominante e não querem perder esses privilégios.

Richmond, por exemplo, defende que a melhor resposta a este tipo de crítica seria através da atribuição de mais poder e autonomia às comunidades locais. Só assim, se poderia alcançar uma maior imparcialidade nas intervenções e na aplicação do modelo de paz liberal. Com objectivos bem definidos, com diferentes actores na execução do modelo de paz a alcançar e comandados por actores locais, atendendo aos sectores mais marginais como o indivíduo, a comunidade, o parentesco, o contexto, a cotidianidade e os costumes poder-se-ia superar as naturais desconfianças na aplicação do modelo de paz liberal.

Um quarto problema que se coloca ao modelo de paz liberal diz respeito aos seus custos e ao capital que movimenta. Presume-se habitualmente que a democratização, o desenvolvimento, as reformas económicas e os direitos humanos são gratuitos, mas na verdade envolvem custos económicos consideráveis, para não dizer astronómicos. Os críticos sustentam que a dinâmica guerra/paz serve para sustentar uma poderosa indústria militar que *per si* é capaz de fazer prosperar uma economia de mercado, como a americana ou como a de algumas potências europeias. Uma análise histórica demonstra que a economia de certos Estados dominantes prospera em períodos de guerra e pós-guerra, devido à massificação de produção de equipamentos e estruturas militares, mas também de bens e produtos necessários

a qualquer reconstrução de um Estado. Mais uma vez, a crítica ao modelo de paz liberal centra-se no auto-interesse de quem intervém e não no interesse de quem é intervencionado.

Este problema poderia ser resolvido, como já evidenciei, com uma reforma das Nações Unidas, dotando-a de um poder de coercibilidade sobre os Estados, por forma a garantir uma sustentabilidade e uma coerência nos propósitos de qualquer intervenção internacional. Um dos grandes problemas resultantes do modelos de paz liberal é a excessiva militarização do mundo, com Estados armados para lá do que se consideraria razoável, colocando o próprio mundo em perigo. Acaso existisse um poder legislativo e coercitivo por parte da ONU, poder-se-ia encontrar soluções globais pacificadoras, como por exemplo, criar uma determinada taxa sobre o orçamento da defesa dos Estados e canalizá-la para o desarmamento ou para apoio ao desenvolvimento. Esta taxa ou imposto, resultaria em benefícios concretos, como a redução dos orçamentos estatais para a defesa, mais apoio ao desenvolvimento ou a aceleração do desarmamento do mundo. Este tipo de proposta deveria surgir da parte dos defensores da paz liberal, se quiserem demonstrar que estamos perante o único modelo de paz capaz de garantir a segurança internacional e a prosperidade dos povos.

Finalmente, a última das críticas que desenvolverei neste ensaio diz respeito ao chamado *problema dos transplantes*. Uma das propriedades fundamentais da paz liberal é o seu carácter universal, ou seja, que é possível transplantar e universalizar com sucesso este modelo. No entanto, aquilo que a análise epistemológica nos vem dizendo é que nem sempre os transplantes correm bem¹³. Se cada comunidade é específica e valoriza o bem ou a justiça de acordo com os seus padrões de vida e de costumes, então é difícil implementar uma lógica liberal sem parecer que se está a destruir essa comunidade. Muitas vezes um transplante da paz liberal sem atender à especificidade de cada Estado, de cada comunidade, de cada cultura, transforma esses Estados em Estados mais fracos, com uma sociedade civil marcada pelo desemprego, pela falta de desenvolvimento, e onde emergem velhas fórmulas de nacionalismo. Por isso, os grandes objectivos da paz liberal – como a eliminação da guerra,

¹³ Um dos autores mais interessantes na análise aos transplantes do capitalismo no mundo é o filósofo peruano Hernan de Soto que sustenta a ideia de que o capitalismo falha muitas vezes, não derivado de um problema intrínseco, mas sim das condições locais em que é aplicado. Por exemplo, o capital move-se muito à custa de títulos de propriedade, no entanto, grande parte da população dos países latino americanos e asiáticos não possuem qualquer tipo de título de propriedade, o que faz com que exista uma economia paralela que movimenta muito dinheiro mas que é incapaz de ser transformada em benefícios sociais e bem-estar para a comunidade. Cf. Hernan de Soto, *O mistério do Capital. Porque triunfa o capitalismo no ocidente e fracassa no resto do mundo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

do terrorismo, da violência política, do subdesenvolvimento, da violação dos direitos humanos e outras formas de violência estrutural – fracassam.

A resolução deste tipo de problema passa por aquilo que venho defendendo neste ensaio, ou seja, pela reformulação das instituições internacionais, pela adaptação do modelo ao contexto e pela agregação de diferentes actores nos planos de paz a concretizar.

Existem outras críticas que podem ser feitas ao modelo de paz liberal, no entanto quando se procura entender o que esses críticos propõe como alternativa, entramos num vazio institucional ou numa anarquia internacional ao estilo do status medieval e pré-contemporâneo, onde prevalecem os Estados soberanos individuais, com ausência de leis reais que os vincule no âmbito do direito internacional, com ausência de políticas comuns sobre assuntos como a ambiente, o controlo de armas, normas laborais, movimentos de capitais, entre outros, e onde as negociações bilaterais são feitas com base nos interesses nacionais.

A posição dos defensores do modelo liberal e dos críticos oscila em acusações mútuas de terem pretensões neocolonialistas, no entanto, autores como Michael Walzer, Oliver Richmond ou Mark Duffield defendem que o poder liberal é distinto do poder imperial, defendendo no entanto uma posição mais emancipatória para a superação do status actual, que se posicione entre a ideia de um Estado Global ou “República Mundial” ao estilo kantiano, e a anarquia internacional. A evolução poderá passar pela construção global de um modelo de tipo europeu (União Europeia ou OCDE), em colaboração com uma série de organizações globais de carácter político, económico e jurídico que sirvam para modificar a soberania dos Estados, tornando-os mais prósperos e respondendo às pretensões dos seus actores locais. O fortalecimento da ONU com a incorporação do Banco Mundial e de um tribunal internacional poderá representar uma evolução no modelo de paz liberal, mas isso só será exequível se for acompanhado com a necessidade de transformar a sociedade civil num reforço da democracia, alargando um vasto leque de competências a associações cívicas como forma de garantir mais ajuda mútua, uma maior defesa dos direitos humanos, uma protecção eficaz das minorias, uma luta concreta a favor da igualdade de género, uma defesa do ambiente e progressos nas áreas relativas aos direitos laborais.¹⁴

¹⁴ Cf. Walzer, op. cit., p. 192

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos da paz liberal, oscilamos sempre entre aquilo que é desejável e aquilo que é factível. A grande vantagem, mas também a maior fraqueza do modelo dominante de paz liberal, reside precisamente na hegemonia que possui e na falta de alternativas viáveis capazes de proporcionar uma aceitação e uma adesão por parte dos Estados e das instâncias internacionais. O que aparece como mais natural, na actualidade, é uma evolução do modelo, presumivelmente para um estilo de organização semelhante ao praticado pela União Europeia, que assente na igualdade e na autonomia dos diferentes actores, em objectivos que atendam ao bem comum e com a finalidade de preservar as liberdades fundamentais, a estabilidade e a prosperidade das nações. A paz liberal pode servir como modelo-base para a construção de novas respostas capazes de superar as velhas críticas e os fracassos dos planos actuais de intervenção militar e de forças de reconstrução da paz, precisa é de descobrir novas vias de desenvolvimento sem cair em distopias fantasiosas, como a ideia de um Estado global, uma grande potência única, que manteria a paz permitindo uma certa independência cultural, ao estilo de um *millet* otomano¹⁵.

O que podemos almejar é evoluir na continuidade, já que a paz liberal, apesar dos seus problemas e das suas limitações, vem provando ser o modelo mais capaz de alcançar resultados positivos dentro do contexto em que todos vivemos, isto é, dentro de um mundo complexo, militarizado e dominado por velhos rancores e novas pretensões de domínio.

REFERÊNCIAS

ARANGUREN, José Luis (1999). *Ética y Política*. Madrid: Biblioteca Nueva.

BALIBAR, Étienne (2005). *Violencias, Identidades y Civilidad*. Barcelona: Gedisa.

CHOMSKY, Noam (2006). *A democracia e os mercados na nova ordem mundial*. Lisboa: Antígona..

¹⁵ Método utilizado pelo governo otomano, no século XIX, que permitia uma certa independência jurídica às diferentes religiões do Estado. Assim, permitia o uso da *sharia* para os islâmicos, do *direito canónico* para os cristãos, e da *halakha* para os judeus.

DUFFIELD, Mark (2004). *Las Nuevas Guerras en el Mundo Global – La convergencia entre desarrollo y seguridad*. Madrid: Catarata.

ESTÉVEZ, Jorge (2012, Fevereiro). «Paz Liberal e “Internacional Statebuilding”, crítica y surgimento de un nuevo paradigma» in *Relaciones Internacionales*, núm. 19. www.relacionesinternacionales.info

FUKUYAMA, Francis (2012). *As Origens da Ordem Política*. Alfragide: D. Quixote.

GUINSBURG, J. (org.) (2004). *A Paz Perpétua – Um Projecto para Hoje (Kant, Derrida, Rosenfeld, Romano)*. S. Paulo: Perspectiva.

HAYEK, Friedrich A. (2011). *Principios de un orden social liberal*. Madrid: Unión Editorial.

MISES, Ludwig Von (2011). *Liberalismo*. Madrid: Unión Editorial.

PIMENTA, Catarina (2009, Dezembro). «A Construção da Paz: Relações e Futuro» in *Relações Internacionais*, núm. 24, pp. 171-174.

WALZER, Michael (2004). *A Guerra em Debate*. Lisboa: Cotovia.

- (2008). *La Revolución de los Santos – Estudio sobre los orígenes de la política radical*. Madrid: Katz.

RAMSBOTHAM, Oliver, WOODHOUSE, Tom, MIALL, Hugh (2011). *Resolución de Conflictos – La prevención, gestión y transformación de conflictos letales*. Barcelona: Bellaterra.

RICHMOND, Oliver (2011, Fevereiro). «Resistencia y Paz Liberal» in *Relaciones Internacionales*, núm. 16, recuperado em 7 de Maio de 2012 de www.relacionesinternacionales.info

- (2005). «Understanding the Liberal Peace» in *The Transformation of Peace*. Palgrave.